

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Prezados Acionistas,

A administração da AES Brasil Operações S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 30 de novembro de 2021, com o objetivo de otimizar a estrutura societária e de capital da Companhia, foi concluída a reorganização societária envolvendo a incorporação da AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê”) pela AES Brasil Operações S.A.. Neste contexto, houve a extinção da personalidade jurídica da incorporada e a sua sucessão pela AES Operações, em todos os direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

Com isso, por razões comparativas, as informações apresentadas ao longo deste documento referem-se aos resultados operacionais e financeiros da AES Operações referentes aos períodos de 2021 e 2020.

PERFIL

A AES Brasil dedica seus esforços e trabalha para se tornar uma plataforma diversificada de geração, diferenciando-se pelo portfólio 100% renovável, foco no cliente e por sua excelência como gestora de ativos. A crescente demanda das empresas brasileiras por sustentabilidade e ganhos de eficiência em suas cadeias produtivas, o que se comprova com o crescimento consistente do mercado livre, direciona o crescimento de nossos negócios. Além disso, a meta da Companhia é aumentar sua capacidade de geração, diversificando seu portfólio com fontes não hídricas e contratos de longo prazo. O pilar central desta meta é a diligência na avaliação das oportunidades de crescimento, sempre prezando pela geração de valor aos seus acionistas.

Nossa Estratégia é:

Ser a Melhor Escolha do Cliente no Mercado Livre: implica em oferecer produtos de qualidade, de acordo com as necessidades dos clientes, através da agilidade e digitalização em nossos processos. As discussões regulatórias estão avançando e apontam para mais liberalização e sofisticação do mercado. A abertura do mercado livre de energia trará novas oportunidades de negócios e melhorias para o setor, visando a inclusão de novas tecnologias e instrumentos de melhoria para redução de riscos, acentuando a confiança de financiadores, operadores e investidores. Para fazer frente a estas mudanças queremos estar preparados para oferecer produtos personalizados, promovendo as melhores soluções e experiência aos nossos clientes.

Tudo isso sustentado por 3 direcionadores:

Resiliência: investimos em projetos de crescimento e diversificação do portfólio de ativos geradores, com fontes que complementam a sazonalidade entre elas (hidrelétrica, eólica e solar). Atuamos com inteligência de mercado para aproveitar as oportunidades na comercialização de energia e mitigar riscos, otimizando o nível de contratação do parque gerador.

Competitividade: a busca contínua por maior eficiência operacional e financeira garante o nosso protagonismo no mercado livre de energia. Atuamos com foco no cliente, para desenvolver produtos e soluções customizados que superem as expectativas na oferta de energia livre de carbono 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Responsabilidade: conduzimos e desenvolvemos nossos negócios com o objetivo de promover impactos positivos e evitar ou minimizar impactos negativos. Com ética e transparência, nossos processos de governança corporativa e de tomada de decisão consideram as melhores práticas e critérios para a gestão de aspectos socioambientais.

Para saber mais sobre o portfólio de soluções e produtos da AES Brasil, acesse aesbrasil.com.br.

PORTFÓLIO

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). Atualmente, a AES Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total de 4,7 GW, sendo 2.658,4 MW hídrico, 1.738,0 MW eólico e 295,1 MW solar. Além disso, a Companhia possui em desenvolvimento parte de seu pipeline eólico e solar, ainda em negociação, que poderá adicionar até 1,3 GW de capacidade instalada. Após a finalização dos projetos em desenvolvimento e pertencentes ao pipeline, o portfólio da Companhia contará com 6,0 GW de capacidade instalada.

Além do portfólio existente e pipeline já adquirido, a Companhia possui projetos *greenfield* eólicos e solares em fase de estudos e negociação para garantir o atendimento à demanda crescente de nossos clientes.

Fonte Hídrica

O portfólio hidráulico da Companhia é composto por nove usinas hidráulicas (“UHEs”) e três pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”).

Usinas Hidrelétricas	Localização (Estado)	Bacia Hidrog.	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física Bruta (MWm)	Vencimento Concessão
Água Vermelha	SP	Rio Grande	1978	6	1.396,2	731,0	ago/2032
Bariri	SP	Tietê	1969	3	143,1	62,7	jul/2032
Barra Bonita	SP	Tietê	1963	4	140,8	47,8	mai/2032
Caconde	SP	Rio Grande	1966	2	80,4	33,2	mai/2032
Euclides da Cunha	SP	Rio Grande	1960	4	108,8	49,2	jun/2032
Ibitinga	SP	Tietê	1969	3	131,5	70,3	ago/2032
Limoeiro	SP	Rio Grande	1958	2	32,0	14,8	jul/2032
Nova Avanhandava	SP	Tietê	1982	3	347,4	132,1	mai/2032
Promissão	SP	Tietê	1975	3	264,0	98,8	set/2032
PCH Mogi	SP	Mogi Guaçu	1994	2	7,2	4,0	jul/2032
PCH S. Joaquim	SP	Mogi Guaçu	2011	1	3,0	1,3	jun/2036
PCH S. José	SP	Mogi Guaçu	2012	2	4,0	1,6	jun/2036
Total Portfólio Hídrico				35	2.658,4	1.246,8	

Fonte Eólica

Em 03 de agosto de 2017, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da Companhia. Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia anunciou a realização de dois contratos de compra e venda de energia, que serão supridos pelo Complexo Eólico Tucano, cujas obras foram iniciadas em fevereiro de 2021.

Em 02 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição do Complexo Eólico Ventus, ativo operacional localizado no Rio Grande do Norte que adiciona 187,0 MW ao portfólio da Companhia.

Em 27 de dezembro de 2020, a AES Brasil anunciou o acordo de aquisição dos Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas (anteriormente denominados Complexos Eólicos MS e Santos). Os complexos estão localizados nos

estados do Rio Grande do Norte e Ceará, costa da região Nordeste, e encontram-se em operação desde 2013. Possuem 158,5 MW de capacidade instalada, 100% contratados no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) e comercializados por leilões de reserva e de energia nova por 20 anos.

Atualmente, a Companhia está desenvolvendo 684,0 MW de capacidade instalada no Complexo Cajuína, referentes às fases A de B de construção do parque. Em 2021, a Companhia anunciou o equivalente à 478,8 MW de capacidade instalada em novos PPAs assinados com clientes de primeira classe. Os novos contratos de fornecimento de energia serão supridos pelo Complexo Eólico Cajuína e possuem uma duração média de 18,1 anos. Deste crescimento anunciado em 2021, o equivalente à 256,5 MW de capacidade instalada refere-se à constituição de joint ventures para autoprodução, sendo a primeira delas anunciada em agosto de 2021 para o fornecimento de 80 MWm pelo prazo médio de 15 anos e a segunda, anunciada em dezembro, para o fornecimento de 40 MWm pelo prazo médio de 20 anos, ambas com início do suprimento em 2024.

Ainda, entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, a Companhia assinou dois novos PPAs de longo prazo no formato de autoprodução, cuja efetividade está sujeita às assinaturas dos Acordos de Investimento previstas para o primeiro semestre de 2022. Juntos, os novos PPAs totalizam o equivalente a 114,0 MW de capacidade instalada a ser desenvolvida no Complexo Cajuína.

Além disso, a Companhia possui cerca de 914 MW de pipeline de projetos eólicos prontos para venda.

Complexos Eólicos	Local	Entrada em Operação	Cap. Instalada (MW)	G. F Bruta ¹ (MWm)	G. F ² (MWm)	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA	Fim da Autor.
OPERAÇÃO									
Complexo Alto Sertão II			386,1	184,4	178,7				
LER 2010	BA	2014	167,7	83,2	73,5	set/13	ago/33	229,04	2046
LEN 2011 ³	BA	2015	218,4	101,2	102,5	jan/16	dez/35	185,06	2047
Complexo Ventus			187,0	65,8	65,8				
LER 2009	RN	2014	187,0	65,8	65,8	jul/12	mai/34	291,90	2045
Complexos Mandacaru e Salinas⁷			158,5	66,7	66,7				
Mandacaru - LER 2009/ LEN 2011 ⁸	CE	2014	108,1	46,6	46,6	nov/14 ¹⁰	out/34 ¹⁰	221,18	2047
Salinas – LER 2009 ⁹	RN	2014	50,4	20,1	20,1	mar/14	fev/34	269,37	2045
DESENVOLVIMENTO									
Complexo Tucano			322,4	157,2	147,1				
Fase 1 ⁴ (ACL)	BA	2S22e	155,0	78,0	71,5	jan/23	dez/42	-	2055
Fase 2 (ACL)	BA	2S22e	167,4	79,2	75,6	jan/22	dez/36	-	2055
Complexo Cajuína			478,8	258,3	241,4				
1º PPA (ACL)	RN	1S23e	45,6	24,5	22,9	jan/23	dez/42	-	2055
2º PPA (ACL)	RN	1S23e	165,3	89,6	83,7	jan/24	dez/43	-	2055
3º PPA (ACL)	RN	1S23e	11,4	6,5	6,1	jan/23	dez/35	-	2055
4º PPA (ACL)¹¹	RN	1S23e	165,3	90,4	84,5	jan/24	dez/38	-	2055
5º PPA (ACL)¹²	RN	1S23e	91,2	47,3	44,2	jan/24	dez/43	-	2055
PIPELINE⁵									
Complexo Tucano			260,4						
Complexo Eólico Cajuína⁶	RN	-	858,9	-	-	-	-	-	-

¹ Garantias físicas à P50; ² Garantia Física à P90, com exceção dos Complexos Ventus, Mandacaru e Salinas, considerados valores à P50; ³ LEN A sofreu revisão de sua garantia física em 2019 (-4,2%) e 2020 (-0,6%); ⁴ Fase 1 joint venture com controle compartilhado (50% AES Brasil); ⁵ Complexo Tucano: acordo de opção assinado em junho de 2019, com período de exclusividade atrelado; ⁶ Complexo Eólico Cajuína, com um total de 1.337,7 MW de capacidade instalada; ⁷ Anteriormente denominados Complexos Eólicos MS e Santos, suas SPEs foram reorganizadas no 1S21 de acordo com o estado brasileiro em que estão localizadas; ⁸ Parques Santo Antônio de Pádua, São Cristóvão e São Jorge (64,0 MW de capacidade instalada): LEN 2011 / Parques Embuaca e Icarai (44,1 MW de capacidade instalada): LER 2009; ⁹ Parques Bela Vista (Areia Branca) e Mar e Terra (50,4 MW de capacidade instalada): LER 2009; ¹⁰ Para os parques Santo Antônio de Pádua, São Cristóvão e São Jorge. Icarai teve sua entrada em operação em julho de 2013 e Embuaca iniciou suas operações em abril de 2014; ¹¹ Joint venture com controle compartilhado (76% AES Brasil); ¹² Joint venture com controle compartilhado (90% AES Brasil).

Fonte Solar

Em 2017, por meio da aquisição da Fase 1 e comercialização da Fase 2 em leilão, a AES Brasil adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo teve entrada em operação comercial faseada, sendo que a primeira delas iniciou operação comercial em 14 de agosto de 2019 e a segunda iniciou sua operação comercial em 29 de novembro do mesmo ano.

Em 3 de setembro de 2018, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês.

No terceiro trimestre de 2021, a Companhia adicionou um projeto solar no estado de Minas Gerais à sua pipeline, e ser desenvolvido em um momento em que as condições de mercado se mostrem favoráveis.

Complexos Solares	Local	Entrada Operação Comercial	Unidades Geradoras	Cap. Instalada (MW)	G. Física (MWm)	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA	Fim da autoriz.
OPERAÇÃO									
Complexo Guaimbê – LER 2014	SP	fev/18 ¹	557.490	150,0	29,5	out/17	set/37	324,52	jun/50
Complexo Ouroeste			522.760	145,1	35,8	-	-	-	-
Boa Hora – LER 2015	SP	ago/19	246.240	69,1	15,9	jan/21	out/38	394,47	jun/51
Água Vermelha – LEN 2017	SP	nov/19	276.520	76,0	19,9	nov/18	dez/40	181,69	jun/53
PIPELINE									
Solar	MG	-	-	378,0	-	-	-	-	-

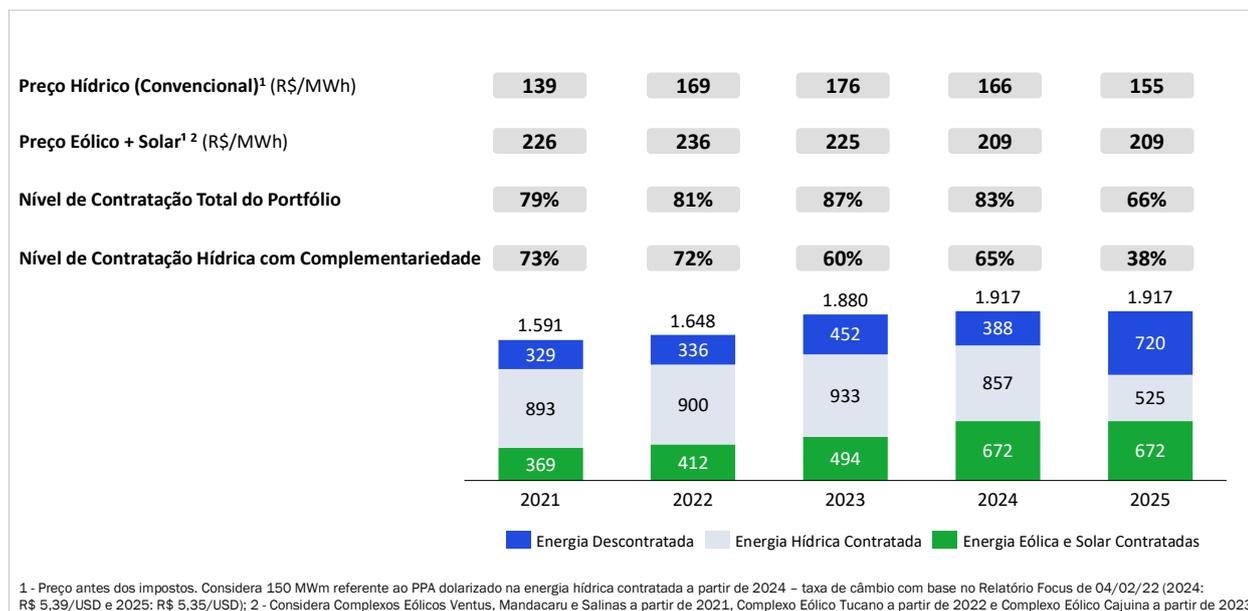
¹ Aquisição em setembro de 2018.

GESTÃO COMERCIAL DO PORTFÓLIO DE ENERGIA

Como parte da estratégia de gestão de risco do portfólio, a Companhia realizou operações de compra de energia com o objetivo de reduzir seu nível de contratação em 2021 e 2022 e, conseqüentemente, seu nível de exposição ao risco hidrológico de acordo com as estimativas de evolução do cenário hidrológico após o período úmido frustrado no último ano. Desta forma, o nível de contratação hídrica anual do portfólio foi readequado para 73% em 2021 e 72% em 2022.

Em contrapartida, a estratégia do time comercial está focada em elevar o nível de contratação para os anos de 2023 em diante, com PPAs de longo prazo e maior atratividade dos preços de contratação. Neste cenário, o nível de contratação dos ativos hídricos para os anos de 2023, 2024 e 2025 é de 60%, 65% e 38%, respectivamente.

Evolução do portfólio¹ - MWm



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL – ENERGIA+

Em 2020, a AES Brasil lançou o Energia+, sua plataforma digital de comercialização de energia no varejo, com o intuito de posicionar-se com ainda mais eficácia no cenário de abertura do mercado livre. Trata-se de um ambiente centrado no consumidor e planejado de maneira a viabilizar colaborações com parceiros selecionados, proporcionando a simplificação e desburocratização do acesso ao mercado livre e a facilidade de acesso à energia com preços competitivos para seu perfil de consumo.

Por já possuir a expertise de atuação no mercado varejista, a Companhia dispõe de uma estrutura de serviços compartilhados própria que sustenta a operação, além de um grupo de líderes e analistas com experiência de mais de 15 anos no setor de distribuição, com um amplo conhecimento das necessidades dos clientes e das formas mais eficientes de gerenciar o relacionamento com este público.

Com uma base de clientes com perfis de consumo diversificados, reduzimos os riscos de crédito, uma vez que, dentro de um portfólio mais amplo, cada cliente individual possui menor peso e capacidade de influência, além de simplificarmos a gestão da energia, dadas as diferentes configurações de demanda. Vale mencionar que a Companhia trabalha com um parceiro do mercado financeiro para análise do risco de crédito em tempo real durante o processo de contratação.

No momento, os esforços estão voltados à melhoria nas integrações com os parceiros de negócios e ao aprimoramento da experiência do usuário.

¹ Valores reais com base em fevereiro de 2022. Exclui perdas e consumo interno (garantia física líquida). Energia ajustada de acordo com a expectativa de entrada em operação das plantas, desconsidera PPAs assinados entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022 cuja vigência depende da assinatura de Acordos de Investimentos ainda em andamento, vide capítulo sobre o portfólio eólico.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Fonte Hídrica

Energia Gerada

A receita decorrente da geração hídrica está relacionada à estratégia de alocação de energia adotada pela Companhia, e não puramente ao seu volume de geração, uma vez que as hidrelétricas fazem parte do MRE. Neste contexto, as usinas da AES Brasil representam 2,2% de toda a garantia física hídrica que compõe este sistema de compartilhamento de risco hidrológico.

O despacho das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE é determinado pelo ONS e foi menor ao longo de 2021, em decorrência do cenário hídrico adverso. Com a menor quantidade de insumo disponível para a geração, dada a baixa afluência e reservatórios em níveis críticos, o sistema hídrico brasileiro como um todo produziu menos energia.

Conforme descrito no início desta seção, as usinas da Companhia fazem parte do MRE, mecanismo financeiro de compartilhamento do risco hidrológico. Desta forma, os resultados decorrentes da geração hidrelétrica não estão relacionados puramente ao volume de geração da Companhia, mas sim ao desempenho de todo o conjunto de usinas pertencentes a este mecanismo, de forma proporcional à representatividade de cada agente neste sistema.

Por determinação do Operador Nacional do Sistema, houve redução no despacho das usinas hídricas e aumento do despacho das usinas térmicas fora da ordem de mérito desde o quarto trimestre de 2020. Além disso, uma série de medidas excepcionais foi adotada pelos órgãos competentes com a finalidade de preservar os níveis de reservatórios. Tais medidas de proteção foram iniciadas após um período úmido frustrado entre 2020 e 2021 e intensificadas em um cenário de níveis históricos de baixa afluência durante o período seco, resultando em uma menor geração hídrica ao longo do ano.

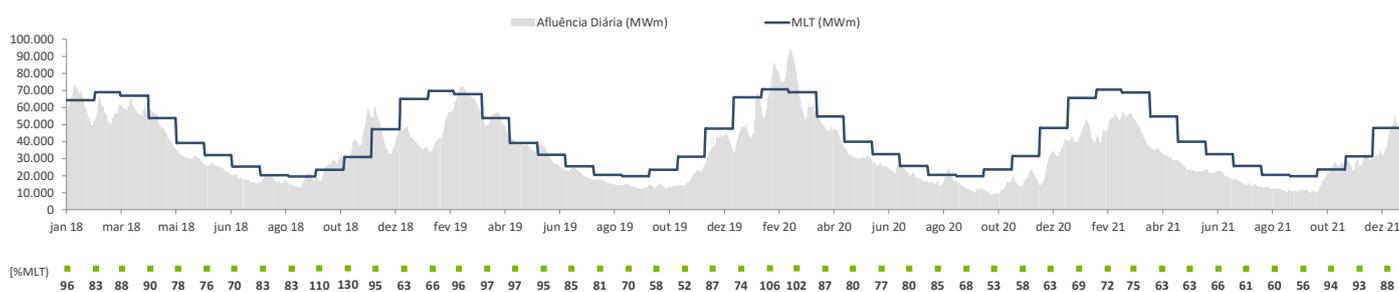
Apesar da recuperação da afluência no quarto trimestre (91,2% da MLT para SIN e 91,8% da MLT para o subsistema SE/CO), a política de gestão do Governo continua priorizando a preservação e recuperação dos níveis de reservatórios em detrimento do despacho das usinas hídricas, colaborando para o aumento da segurança energética do sistema.

No ano, o volume total de energia gerada pelas usinas hidráulicas foi de 6.795,6 GWh, redução de 33,2% em relação ao volume gerado no mesmo período de 2020 (10.176,8 GWh). Essa variação é reflexo do cenário de escassez hídrica do período, com níveis históricos de baixa afluência no SIN durante os nove primeiros meses do ano.

As usinas localizadas nas Bacias do Rio Tietê registraram uma redução na geração de 6,9% no 4T21 e 25,4% no ano, enquanto as usinas localizadas na Bacia do Rio Grande apresentaram redução de 37,4% no 4T21 e 37,5% no ano quando comparadas aos mesmos períodos de 2020.

Geração - Usinas Hidráulicas (GWh)	2020	2021	Var
Energia Gerada Bruta	10.176,8	6.795,6	-33,2%
Água Vermelha	5.825,3	3.669,4	-36,5%
Bariri	541,2	406,8	-24,8%
Barra Bonita	448,5	303,2	-32,4%
Caconde	262,8	129,3	-50,8%
Euclides da Cunha	373,1	214,9	-42,4%
Ibitinga	553,7	495,4	-10,5%
Limoeiro	109,7	58,0	-47,1%
Nova Avanhandava	1.186,4	864,9	-27,1%
Promissão	847,5	599,5	-29,3%
Mogi / S. Joaquim / S. José	28,6	24,2	-15,4%
Energia Gerada Líquida	9.920,2	6.674,1	-32,7%

Hidrologia Mensal Observada (%MLT e MWm)



Fonte: CCEE

Fonte Eólica

Energia Gerada

A geração eólica bruta foi de 2.160,3 GWh em 2021, um aumento de 45,5% quando comparada ao mesmo período do ano anterior (1.484,3 GWh em 2020), reflexo da conclusão das aquisições do Complexo Eólico Ventus, em dezembro de 2020, e dos complexos eólicos Mandacaru e Salinas, em abril de 2021.

No ano, a geração eólica bruta em alto Sertão II foi menor em 4,8%, refletindo a maior incidência do processo de curtailment em 2021, uma restrição involuntária de geração das usinas requisitada pelo ONS, sobretudo no terceiro trimestre, com destaque para o mês de agosto. Vale mencionar que há discussões junto à ANEEL para definição das regras de ressarcimento aos geradores afetados por tal restrição.

Geração - Parques Eólicos (GWh)	2020	2021	Var
Energia Gerada Bruta	1.484,3	2.160,3	45,5%
Alto Sertão II	1.431,3	1.362,2	-4,8%
Alto Sertão II - LER 2010	615,2	586,2	-4,7%
Alto Sertão II - LEN 2011	816,1	776,0	-4,9%
Ventus – LER 2009	53,0	462,7	773,1%
Mandacaru²	-	213,8	-
Salinas²	-	121,6	-

¹ Para 2020, considera a geração bruta realizada no mês de dezembro, dada a conclusão da aquisição em 02 de dezembro de 2020.

² Para 2021, considera a geração bruta realizada entre os meses de maio e dezembro, dada a conclusão da aquisição em 30 de abril de 2021.

Fonte Solar

Energia Gerada

No ano, a geração solar bruta foi de 577,8 GWh, aumento de 2,8% se comparado à 2020 (562,1 GWh), reflexo da maior geração bruta em Guaimbê (+9,0% vs 2020, totalizando 277,8 GWh). No mesmo período, o complexo solar Ouroeste apresentou redução de 2,4% na geração bruta quando comparado à 2020 (300,0 GWh em 2021 vs. 307,3 GWh em 2020), reflexo da menor irradiância das usinas de Boa Hora e Água Vermelha no período (226,1 W/m² e 229,3 W/m² em 2021 vs. 234,2 W/m² e 236,6 W/m² em 2020, respectivamente).

Geração - Parques Solares ¹ (GWh)	2020	2021	Var
Energia Gerada Bruta	562,1	577,8	2,8%
Guaimbê	254,8	277,8	9,0%
Ouroeste	307,3	300,0	-2,4%

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstração dos Resultados (R\$ milhões)	2020	2021	Var (%)
Receita Líquida	2.011,2	2.511,7	24,9%
Custo de Produção e Operação de Energia	(113,2)	(1.937,7)	1.611,9%
Margem Líquida ¹	2.407,7	1.306,3	-45,7%
Lucro Bruto	1.898,0	574,1	-69,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(177,8)	(185,0)	4,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	28,3	38,7	37,5%
Total Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas, ex-D&A	340,5	402,4	18,2%
Ebit	1.748,4	427,8	-75,5%
Ebitda	2.067,3	903,9	-56,3%
Receita (Despesa) Financeira	(529,6)	(457,7)	-13,6%
Resultado Antes dos Tributos	1.218,5	(30,5)	-102,5%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(0,3)	(0,6)	113,6%
Lucro Líquido	848,0	516,5	-39,1%

1 - Receita líquida menos compra de energia para revenda, taxas e encargos setoriais.

Receita e Margem Líquida

No ano, a receita operacional líquida totalizou R\$ 2.511,7 milhões, um incremento de 24,9% ou R\$ 500,6 milhões em comparação com 2020 (R\$ 2.011,2 milhões).

A margem operacional líquida² da AES Brasil totalizou R\$ 1.306,3 milhões no acumulado de 2021, representando uma redução de 45,7% ou R\$ 1.101,5 milhões em comparação com 2020 (R\$ 2.407,7 milhões). Esse resultado pode ser explicado pela:

- (i) redução de R\$ 947,0 milhões devido ao ganho extraordinário no 4T20 decorrente do ressarcimento do GSF, referente à resolução do tema;
- (ii) redução da margem hídrica no valor de R\$ 277,1 milhões devido ao maior volume de compra de energia, refletindo a estratégia de mitigação do risco hidrológico (2021: 6.161,8 MWh vs. 2020: 2.466,5 MWh); parcialmente compensado pelo
- (iii) aumento da margem eólica no valor de R\$ 146,3 milhões, em razão da contribuição dos Complexos Ventus, no montante de R\$ 99,8 milhões, e Mandacaru e Salinas, no montante de R\$ 58,3 milhões.

Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas

No ano, as despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 402,4 milhões, um acréscimo de 18,2% quando comparado ao mesmo período de 2020 (R\$ 340,5 milhões). Abaixo, os principais destaques:

- (i) incremento trazido pela inflação e dissídio de R\$ 26,1 milhões;
- (ii) R\$ 40,5 milhões relacionados aos contratos de O&M dos novos Complexos Mandacaru e Salinas;
- (iii) maiores custos com investimentos em digitalização e Inovação como apoio à implementação da estratégia de digitalização, como cadeia de suprimentos global, inteligência comercial e soluções digitais para clientes, no valor de R\$ 36,3 milhões;
- (iv) custos e despesas na coluna de crescimento no montante de R\$ 3,4 milhões com serviços de terceiros;
- (v) esses efeitos foram compensados pela redução de R\$ 44,4 milhões na coluna de não recorrente devido, principalmente, à revisão do *earn-out* provisionado quando da aquisição de Alto Sertão II em 2017 no valor de R\$ 28,9 milhões e R\$ 41,3 milhões referentes à contratação de assessores financeiros e legais em 2020, parcialmente compensados pelo Saldamento do plano de benefícios e suspensão dos aportes de contribuições no PSAP/Tietê no montante de R\$ 30,9 milhões.

² Receita líquida menos compra de energia para revenda, taxas e encargos setoriais.

Ebitda

No acumulado do ano, a Companhia registrou um Ebitda de R\$ 903,9 milhões, valor 56,3% inferior quando comparado ao mesmo período de 2020 (R\$ 2.067,3 milhões). Este resultado se deve, principalmente, ao:

- (i) redução de R\$ 947,0 milhões em função do ressarcimento do GSF em 2020;
- (ii) redução de R\$ 288,5 milhões no Ebitda hídrico, reflexo do maior volume de compra de energia no período;
- (iii) redução de R\$ 6,0 milhões no Ebitda solar, reflexo da operação comercial do PPA de AGV a partir de janeiro de 2021, o qual possui um preço menor do que o contrato bilateral firmado em 2020 devido a entrada em operação antecipada do parque em novembro de 2019; efeitos parcialmente compensados pelo
- (iv) aumento no Ebitda eólico no valor de R\$ 81,4 milhões, decorrente da contribuição do Complexo Ventus e Mandacaru e Salinas nos resultados do período, sendo os dois últimos a partir de maio de 2021; e

Resultado Financeiro

No ano, o resultado financeiro apresentou melhora de R\$ 71,9 milhões, totalizando um resultado negativo em R\$ 457,7 milhões em 2021 contra R\$ 529,6 milhões em 2020.

Receitas Financeiras

No acumulado do ano, as receitas financeiras somaram R\$ 82,0 milhões, resultado 34,0% maior que a receita financeira registrada no mesmo período de 2020 (R\$ 61,1 milhões). Essa variação é explicada principalmente em função de um ganho de R\$ 22,1 milhões com variação cambial, principalmente, de operações de SWAP relacionadas a contratação de equipamentos em moedas estrangeiras para os projetos de crescimento da Companhia e empréstimos atrelados à moeda estrangeira.

Despesas Financeiras

No acumulado do ano, as despesas financeiras somaram R\$ 539,7 milhões, uma redução de 8,6% em relação ao mesmo período de 2020 (R\$ 590,8 milhões). Os efeitos que impactaram o resultado são:

- (i) liquidação antecipada do GSF em janeiro de 2021, com o objetivo de mitigar o impacto da atualização do passivo pelo IGP-M. Esse evento permitiu com que a Companhia não registrasse nenhuma despesa financeira relacionada à atualização monetária do GSF vs. uma despesa de R\$ 229,5 milhões em 2020; efeito parcialmente compensado pela
- (ii) maior atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas no valor de R\$ 198,0 milhões, em função do maior saldo registrado no período, maior IPCA (2021: 10,06% vs. 2020: 4,52%) observado, e maior custo atrelado ao CDI, justificado pelo aumento da taxa ao longo do ano (9,25% em 2021 vs. 2,00% em 2020).

Lucro Líquido

No acumulado do ano, a Companhia apurou um lucro líquido consolidado de R\$ 516,5 milhões, resultado 39,1% inferior ao auferido no mesmo período do ano passado (R\$ 848,0 milhões), explicado pelos mesmos motivos abaixo.

- (i) menor EBITDA no valor de R\$ 1.163,3 milhões, em função do ganho extraordinário em 2020 decorrente do ressarcimento do GSF no montante de R\$ 947,0 milhões;
- (ii) maior depreciação e amortização no valor de R\$ 157,2 milhões devido a amortização do reconhecimento do GSF no 4T20, além da aquisição de Ventus, Mandacaru e Salinas; efeitos parcialmente compensados pelo
- (iii) menor imposto reconhecido no resultado devido ao tributo diferido no montante de R\$ 917,5 milhões, decorrente do crédito fiscal de R\$ 536,4 milhões reconhecido em função da reestruturação de sua subsidiária AES Brasil Operações;
- (iv) menor resultado financeiro líquido no valor de R\$ 71,9 milhões em função da liquidação antecipada do GSF, com o objetivo de mitigar o impacto da atualização do passivo pelo IGP-M, parcialmente compensado pelas maiores despesas com encargos de dívidas e atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos;

Remuneração aos Acionistas

Ao longo do ano, a Administração da Companhia distribuiu R\$ 92,1 milhões, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$ 0,23088333341 por ação ordinária, distribuídos como dividendos intermediários referentes ao primeiro e segundo trimestres.

Endividamento

Dívidas (R\$ milhões)	Montante ¹	Vencimento	Custo Nominal
AES Brasil Energia - Consolidado	6.216,5		
AES Brasil Energia	650,1		
1ª Nota Comercial	650,1	mar/22	CDI + 1,50% a.a.
AES Brasil Operações - Consolidado	5.566,4		
AES Brasil Operações²	4.852,7		
5ª Emissão de Debêntures	227,3	dez/23	IPCA + 6,54% a.a.
6ª Emissão de Debêntures - 2ª série	401,5	abr/24	IPCA + 6,78% a.a.
8ª Emissão de Debêntures	210,1	mai/30	IPCA + 6,02% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 1ª série	1.410,5	mar/27	CDI + 1,00% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 2ª série	740,6	mar/29	IPCA + 4,71% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 3ª série	211,7	mar/29	IPCA + 4,71% a.a.
Empréstimo 4131 (captação em 2020) ³	657,1	dez/25	CDI + 1,50% a.a.
Empréstimo 4131 (captação em 2021) ³	785,8	mar/26	CDI + 1,48% a.a.
Brasventos Eolo (BNDES)	68,0	out/29	TJLP + 2,51% a.a.
Brasventos Miassaba (BNDES)	68,3	out/29	TJLP + 2,71% a.a.
Rio dos Ventos 3 (BNDES)	71,7	out/29	TJLP + 2,51% a.a.
AES Tietê Eólica	106,1		
1ª Emissão de Debêntures - 1ª série	46,6	dez/25	IPCA + 7,61% a.a.
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	59,5	dez/25	IPCA + 7,87% a.a.
Complexo Santos (BNDES)	121,0		
São Jorge	45,0	dez/30	TJLP + 2,45% a.a.
São Cristóvão	50,0	dez/30	TJLP + 2,45% a.a.
Santo Antonio de Pádua	26,0	dez/30	TJLP + 2,45% a.a.
Complexo MS (BNDES)	49,2		
Mar e Terra	11,2	nov/29	TJLP + 1,88% a.a.
Embuaca	12,2	mai/30	TJLP + 1,76% a.a.
Icaraí	12,1	out/29	TJLP + 1,66% a.a.
Bela Vista	13,7	nov/29	TJLP + 1,66% a.a.
Complexo MS (BNB)⁴	139,5		
Mar e Terra	39,3	mai/33	2,5% a.a.
Embuaca	37,2	mai/30	2,5% a.a.
Icaraí	25,3	mai/31	2,5% a.a.
Bela Vista	37,7	mai/30	2,5% a.a.
Complexo Tucano (Debênture)	297,8		
1ª emissão de Debêntures – Holding II	297,8	set/41	IPCA + 6,06% a.a.

¹ Saldo contábil atualizado, considerando principal, juros e custos da transação

² Não considera arrendamento financeiro

³ Custos das operações offshore estão representadas após operações de derivativos, que protege 100% do fluxo de caixa

⁴ Taxa pré

A dívida bruta consolidada da AES Brasil Energia S.A. encerrou 31 de dezembro de 2021 em R\$ 6.216,5 milhões. Sua controlada, AES Brasil Operações, encerrou o último trimestre de 2021 com sua dívida bruta consolidada em R\$ 5.566,4 milhões, 6% superior à posição de dívida bruta do mesmo período de 2020 (R\$ 5.258,9 milhões), especialmente em função (i) da captação do empréstimo offshore de R\$ 800,0 milhões em março; (ii) do

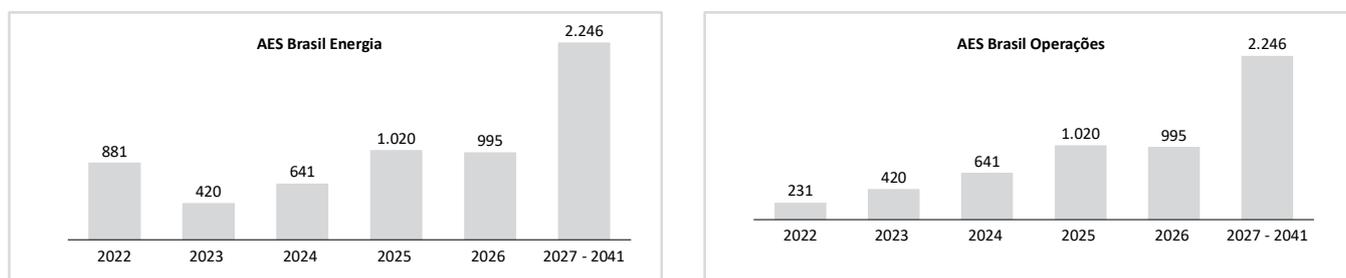
vencimento das 4ª, 5ª e 6ª emissões de notas promissórias; (iii) da conclusão da aquisição dos Complexos Mandacaru e Salinas, em maio, com assunção da dívida do projeto com saldo atual de R\$ 309,7 milhões, (iv) do pré-pagamento da 7ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 767 milhões, em novembro e (v) da captação da 1ª debênture de Tucano Holding II, de R\$ 300,0 milhões, desembolsada no último trimestre, além dos juros e atualizações monetárias incorridos entre os períodos.

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa consolidado da AES Brasil Energia somava R\$ 1.712,3 milhões. A AES Brasil Operações, finalizou o 4T21 com um caixa de R\$ 1.651,1, 18,6% inferior ao caixa do ano anterior, de R\$ 2.027,8 milhões.

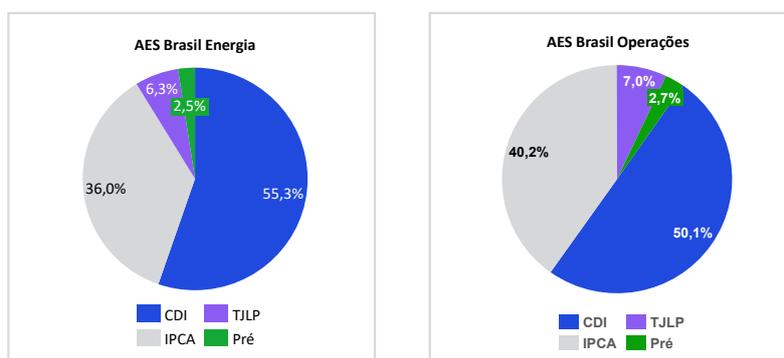
Desta forma, a dívida líquida consolidada da AES Brasil Energia ao final do 4T21 foi de R\$ 4.504,2 milhões e da AES Brasil Operações, de R\$ 3.915,4 milhões, montante este superior em 21,2% à posição registrada no mesmo período do ano anterior (R\$ 3.231,1 milhões).

Os gráficos a seguir apresentam a composição dos indexadores do endividamento da Companhia e de sua Controlada no período, bem como o cronograma de amortização, ambos de forma consolidada

Cronograma de amortização da dívida³ (R\$ milhões)



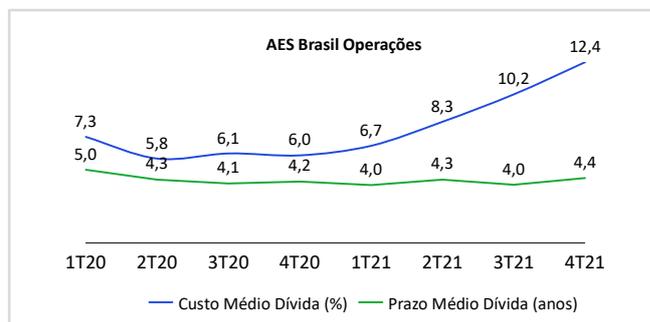
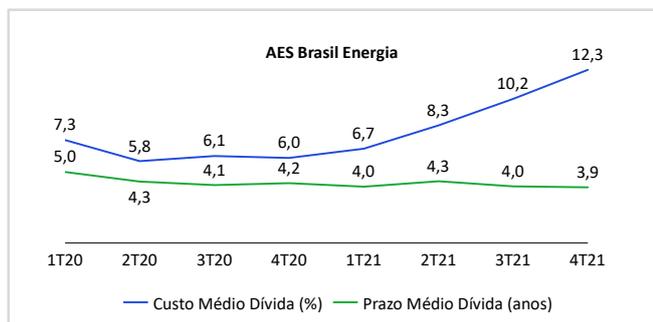
Dívida Bruta por Indexador⁴



³ Fluxo composto por amortização de principal.

⁴ Valores relativos ao principal. Não considera arrendamento financeiro.

Custo⁵ (%) e Prazo Médio (anos)



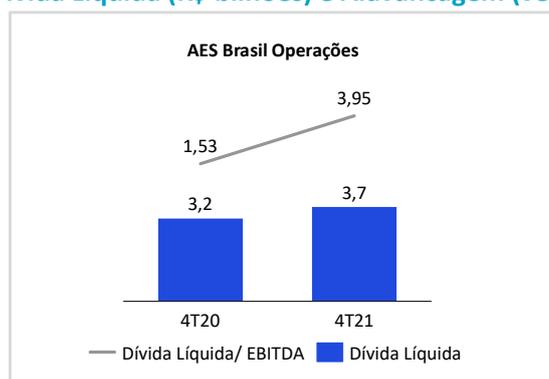
O aumento do custo médio das dívidas reflete, principalmente, o maior IPCA (2021: 10,06% vs. 2020: 3,30%) e CDI (2021: 9,15% vs. 2020: 3,65%) observados no período

Covenants - AES Brasil Operações

Após renegociação com os credores da 5ª e 6ª emissões de debêntures em setembro de 2021, e com o pré-pagamento da 7ª emissão de debêntures no último trimestre, o limite mais restritivo estabelecido pelas dívidas da AES Operações, que era de 3,85x, passou a ser de 4,50x para a razão entre a Dívida Líquida e o Ebitda Ajustado. Adicionalmente, o índice de cobertura de juros, o qual não poderia ser inferior a 1,50x, passou a ser 1,25x.

O índice de alavancagem (Dívida Líquida/ Ebitda Ajustado) encerrou o último trimestre de 2021 em 3,95x. Já o índice de cobertura de juros (Ebitda Ajustado / Despesas Financeiras) fechou o 4T21 em 3,21x.

Dívida Líquida (R\$ bilhões) e Alavancagem (vezes)



⁵ Custo médio da dívida calculado com CDI de fechamento e IPCA acumulado (últimos 12 meses) na data de fechamento do trimestre. Tanto custo quanto prazo referem-se ao principal da dívida.

Investimentos

Investimentos (R\$ milhões)	2020	2021	Var
Modernização e Manutenção	80,3	118,0	47,0%
Expansão	169,9	865,4	409,5%
Geração Distribuída	40,1	6,0	-85,1%
Complexo Tucano	129,8	328,7	153,2%
Complexo Cajuína	-	530,7	-
Total Investimentos	250,2	983,4	293,1%
Juros e Mão de Obra Capitalizados	2,2	0,8	-63,5%
Total Investimentos + Juros	252,4	984,2	290,0%

Os investimentos da AES Brasil totalizaram R\$ 983,4 milhões no ano, montante 293,1% superior ao investido em 2020 (R\$ 250,2 milhões), reflexo do crescimento da Companhia, com o desenvolvimento e construção dos Complexos Eólicos Tucano e Cajuína.

Plano de Investimento

A Companhia prevê investir aproximadamente R\$ 3,8 bilhões no período de 2022 até 2026, destinados à expansão dos projetos já contratados e com plano de construção definido, com destaque para a construção dos Complexos Eólicos Tucano e Cajuína, e à modernização e manutenção de seus ativos em operação, conforme apresentado na tabela a seguir.

Investimentos - R\$ milhões ¹	2022E	2023E	2024E	2025E	2026E	Total
Modernização e Manutenção	135,1	92,5	86,8	96,7	61,6	472,8
Expansão	2.647,9	638,5	24,3	-	-	3.310,7
Complexo Eólico Tucano ²	615,0	-	-	-	-	615,0
Complexo Eólico Cajuína ³	2.032,9	638,5	24,3	-	-	2.695,7
Total Investimentos	2.783,0	731,0	111,2	96,7	61,6	3.783,5
Juros de Capitalização ⁴	4,5	6,7	6,1	7,4	4,6	29,2
Total Investimentos + Juros	2.787,4	737,6	117,3	104,1	66,3	3.812,7

¹ Valores reais em 23 de fevereiro de 2022

² Considera participação de 50% da AES Brasil na fase 1 (77,5 MW instalado) e 100% na fase 2 (167,4 MW instalado)

³ Considera capacidade instalada de 684,0 MW, de acordo com a participação da AES Brasil em cada projeto

⁴ Não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

DESEMPENHO ESG

Diretrizes e Compromissos

A AES Brasil acredita que seu modelo de negócios contribui diretamente de forma positiva para os principais desafios socioambientais da sociedade. Nesse sentido, a Companhia estabeleceu um conjunto de compromissos e metas para a gestão ESG – sigla em inglês que significa o gerenciamento de aspectos, riscos e oportunidades ambientais (Environmental), sociais (Social) e de governança corporativa (Governance).

Os Compromissos ESG 2030 tem como ponto de partida os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU). Conscientes do desafio compartilhado que essas metas representam para toda a sociedade, a Companhia reconhece o papel fundamental da energia renovável para a nova economia e a necessidade de desenvolver outros temas transversais ao negócio para contribuir de forma efetiva com a Agenda 2030.

Desde 2007, a Companhia integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, que avalia o desempenho das companhias listadas quanto às respectivas práticas de sustentabilidade. A Companhia é signatária do Pacto Global da ONU desde 2006, apoiando a promoção dos direitos humanos e práticas de trabalho relativas ao meio ambiente e ao combate à corrupção. A Companhia está na cobertura dos principais ratings ESG, como Sustainalytics e MSCI, sendo que neste último é a única Companhia na América Latina e de todos os setores a obter uma nota AAA, demonstrando o compromisso com a transparência e as melhores práticas ESG do mercado.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Por meio de uma operação 100% renovável e na forma como gerencia suas atividades, a Companhia contribui para uma economia de baixo carbono. As emissões de gases de efeito estufa são significativamente baixas, devido ao modelo de negócio da Companhia. O inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa é publicado na ferramenta do Programa Brasileiro GHG Protocol e o desempenho associado às Mudanças Climáticas está disponível no Carbon Disclosure Program (CDP). Pelo 5º ano consecutivo, a Companhia recebeu o Selo Ouro pelo seu inventário de Gases de Efeito Estufa, pela primeira publicado consolidando todas as unidades em operação, hidrelétricas, solares e eólicas. O inventário é verificado e auditado externamente, o que garante rastreabilidade e confiabilidade das informações.

Em 2020, a Companhia aderiu, ao lado de outras 155 empresas de todo o mundo, ao manifesto *Uniting Business and Governments to Recover Better*, em prol de uma melhor recuperação econômica e ambiental pós crise que considere ações pelo clima.

Em 2021, a Companhia neutralizou as emissões de Gases de Efeito Estufa de 2020 por meio da compra de créditos de carbono de projeto florestal junto à iniciativa Amigos do Clima. Além disso, assumiu o compromisso de positivar as emissões até 2030.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

A conformidade ambiental das operações e a melhoria contínua são garantidos pelo Sistema de Gestão Ambiental, certificado pela ISO 14001 para 100% das unidades de operação e administrativas. O Sistema de Gestão Ambiental passa anualmente por auditoria interna e externa e está sob responsabilidade do COO da Companhia.

São executadas ações internas para redução do consumo de água e energia, além do monitoramento da qualidade da água nos reservatórios e de nascentes no entorno dos ativos.

A geração de energia hidrelétrica a partir dos reservatórios visa otimizar recursos seguindo estritamente as diretrizes estabelecidas pelos procedimentos de rede do ONS e resoluções ANEEL e ANA, respeitando os níveis de operação estabelecidos e prezando sempre pela segurança das barragens e pelo uso múltiplo das águas, considerando os usuários a montante e a jusante de nossas barragens.

BIODIVERSIDADE

Ciente dos impactos das nossas atividades na biodiversidade, a Companhia avalia a cada etapa de suas atividades, tais como construção, operação e manutenção, de modo a planejar e executar ações que mitiguem e minimizem tais impactos. A legislação ambiental é cumprida e são conduzidos diversos programas para além do atendimento às condicionantes, visando a recuperação de nascentes, monitoramento da qualidade das águas dos reservatórios das usinas hidrelétricas e preservação da fauna terrestre e aquática, garantindo proteção às espécies ameaçadas de extinção. Em 2021, o Comitê de Sustentabilidade da AES Brasil Energia S.A. aprovou a Política de Biodiversidade e Uso da Terra, que estabelece diretrizes para as atividades da Companhia com foco na conservação, proteção e preservação da biodiversidade, paisagens, espécies e ao uso da terra nas regiões de atuação.

Em 2021, foram investidos R\$ 14,4 milhões em projetos ambientais de preservação e conservação de fauna e flora. Alinhado à estratégia de sustentabilidade, a Companhia realiza o programa de combate ao desmatamento e reflorestamento, engajando, ainda, outras empresas em ações de proteção da Mata Atlântica e Cerrado. Ao todo, foram produzidas mais de um milhão de mudas de árvores e reflorestados 251,5 hectares de Mata Atlântica e Cerrado, superando a meta de 243,0 hectares ao ano. No escopo de conservação de fauna, existem projetos voltados à duas espécies ameaçadas de extinção, o lobo-guará e mutum-de-penacho – ambas espécies fazem parte da lista da IUCN, selecionadas em conjunto com o órgão ambiental para o monitoramento.

As iniciativas e programas de biodiversidade podem ser consultadas no Relatório de Sustentabilidade 2021.

CAPITAL HUMANO E RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES

Segurança é o primeiro valor da nossa companhia. Nosso **Sistema de Gestão de Saúde e Segurança** está sob responsabilidade do COO da Companhia e passa anualmente por auditoria interna e externa. 100% das unidades de operação e administrativas são certificadas pela ISO 45001, o que reduz e minimiza riscos por estabelecer controles efetivos e promoção de cultura organizacional de saúde e segurança.

Devido a pandemia, a proteção do trabalho e emprego se tornou ainda mais necessária. Todo o quadro de colaboradores administrativo permanece trabalhando em suas residências e o quadro operacional continuou sua atividade presencial com total proteção em seus postos de trabalho. O resultado da pesquisa de clima anual foi divulgado no terceiro trimestre, tendo alcançado o índice de 93,9% de satisfação, o que representa aumento de 2,9 p.p. em relação à pesquisa do ano anterior.

Em 2020, foi lançado o **Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão**, que é orientado pela Política de Diversidade e Inclusão e pautado na Política de Sustentabilidade. O programa foi construído a partir de uma pesquisa interna para identificar as opiniões e percepções dos colaboradores sobre a cultura da diversidade na Companhia e sobre os temas que deveriam ser abordados no Programa. A pesquisa também serviu para priorizar os cinco pilares do Programa de Diversidade e Inclusão: Gênero, Cultura, LGBTQIA +, Origens e Pessoas com Deficiência. Cada pilar é conduzido pelos respectivos Grupos de Afinidades, formados por colaboradores voluntários e com executivo da alta liderança como Patrocinador.

Pelo segundo ano, aplicamos o Censo Interno de Diversidade da Companhia, o qual alcançamos 390 respondentes em 2021, o que representa 74% do nosso quadro funcional e um aumento de 24% em relação a participação no ano anterior. Este resultado demonstra maior interesse e abertura dos colaboradores em relação ao tema, capturando cada vez mais a situação demográfica da Companhia e opiniões sobre o assunto. O Censo é uma importante ferramenta para mapear o cenário atual da AES Brasil e subsidiar a tomada de decisão para ações futuras.

Dentre as ações realizadas ao longo do ano, destacam-se os treinamentos para a alta liderança, Comitê de DE&I e embaixadores do Programa sobre diversidade, inclusão, ações afirmativas, vieses inconscientes e boas práticas para uma gestão inclusiva, além de palestras para toda a Companhia sobre assuntos como equidade de oportunidades para mulheres e igualdade racial no mercado de trabalho. Ao todo, foram investidas mais de 30 horas de treinamentos sobre o assunto para cada participante. Também foi lançado o Guia de Diversidade, com o objetivo de alinhar o entendimento das lideranças e das equipes sobre a importância do tema. O foco de atuação ao longo de 2022 será relacionado à temática da diversidade racial nas organizações.

Houve um aumento expressivo de 32% no número de mulheres no quadro funcional da Companhia e de 29% de crescimento na liderança feminina na comparação entre 2020 e 2021. Isto decorre dos esforços para a valorização de talentos femininos, tanto no pipeline de sucessão quanto em novas contratação, superando a meta de aumentar em 15% o número de mulheres no quadro funcional geral.

Ainda sobre **Diversidade, Equidade e Inclusão**, destaca-se o programa de formação exclusivo para mulheres no Complexo Eólico Tucano, que está sendo construído e operado na Bahia. O curso de Especialização Técnica em Manutenção e Operação de Parques Eólicos, totalmente online e gratuito, teve início em março de 2021 e formou 28 profissionais. A intenção com essa iniciativa é aproveitar a oportunidade de criação de novos postos de trabalho para ampliar a presença feminina nas posições operacionais. Esta iniciativa está alinhada ao objetivo estratégico de promover uma cultura mais inclusiva, que valoriza a diversidade e investe no desenvolvimento social das comunidades onde a Companhia está inserida.

As ações de **Relacionamento com Comunidades** são norteadas pelas diretrizes de Investimento Social Privado, com o objetivo de melhorar vidas por meio de parcerias para o desenvolvimento sustentável nas comunidades onde a Companhia opera. São três frentes de atuação: educação e conscientização, apoio ao desenvolvimento local e inclusão produtiva.

As atividades da companhia são desenvolvidas de modo a construir relações sólidas e gerar impactos positivos nas comunidades vizinhas, e, para manter um relacionamento saudável e duradouro, desenvolvemos o **Sistema de Gestão Social (SGS)** em alinhamento com a Norma I de Padrões de Desempenho da International Finance Corporation (IFC). O SGS é um conjunto de oito processos estruturados para responder aos riscos e impactos sociais dos empreendimentos nos territórios de atuação. Com a implantação do sistema, visamos garantir uma resposta eficaz de relacionamento com as comunidades considerando as diferentes partes interessadas.

Em relação ao **Investimento Social Privado**, a Companhia tem a ambição de promover transformações positivas na vida das pessoas e impulsionar a inovação social em três pilares: apoio ao desenvolvimento local, educação e conscientização e inclusão produtiva. Ao longo de 2021, foram investidos R\$ 1,05 milhão em projetos de desenvolvimento das comunidades vizinhas aos nossos empreendimentos em operação e em construção. Destacam-se os seguintes projetos: Geração+, Pulsar, Oficina de Lampiões em parceria com a ONG Litro de Luz, Rede de Formação e Parceiros no Esporte, Implantação de Bibliotecas para crianças e adolescentes em escolas públicas e Impulso Empreendedor

O relacionamento e a comunicação nos empreendimentos em construção são componentes fundamentais. Ao longo do ano, durante a construção do Complexo Eólico Tucano (BA), foram realizadas comunicações aos proprietários de terras e comunidade sobre o empreendimento. Também foram realizados dois treinamentos com colaboradores terceiros para reforçar as condutas de respeito à comunidade e garantia dos direitos humanos, ações necessárias para impactar positivamente o território. Foram veiculadas campanhas de comunicação com o objetivo de disseminar informações às comunidades sobre o início e avanços das obras do complexo Tucano e prevenção à Covid-19. Com o início das obras do Complexo Eólico Cajuína (RN), o relacionamento e a comunicação foram iniciados em dezembro de 2021, com o objetivo de informar a comunidade sobre o início e andamento da obra.

GOVERNANÇA

A fim de dar continuidade ao compromisso publicado em agosto de 2020, foi concluído, em março de 2021, o processo de reestruturação societária e migração da AES Brasil para o Novo Mercado da B3 – parte importante da estratégia de crescimento. O Novo Mercado é reconhecido por ser composto unicamente por empresas que atendam ao mais elevado padrão de governança corporativa, especialmente por permitir a listagem apenas de companhias com capital social composto exclusivamente por ações com direito a voto.

No âmbito do processo de migração, políticas internas estratégicas foram revisadas, aprovadas e divulgadas ao mercado, garantindo maior transparência. Dentre elas estão as políticas de Indicação e Remuneração de

Administradores, Gerenciamento de Riscos, Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, além de revisar o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Código de Conduta.

O Conselho de Administração da AES Brasil possui 11 membros efetivos, dos quais 4 são caracterizados independentes. Adicionalmente, houve a instalação do Comitê de Auditoria Estatutário, 100% composto por membros independentes e cuja atribuição é assessorar o Conselho de Administração na avaliação de efetividade e aprimoramento dos controles internos e políticas, e na avaliação da qualidade dos relatórios financeiros e gerenciamento de riscos corporativos.

Com este processo, a Companhia reforça o comprometimento com a geração de valor para todos os públicos e o compromisso com a adoção das melhores práticas de governança corporativa, ética e compliance. O **Programa de Ética e Compliance** é um fator relevante para a confiança estabelecida nas relações com clientes, fornecedores, parceiros, investidores e os demais públicos com os quais a AES Brasil se relaciona. Estruturado de acordo com as legislações brasileira (Lei da Empresa Limpa – nº 12.846/2013) e norte-americana (Foreign Corrupt Practices Act – FCPA), esse conjunto de políticas e práticas assegura a adoção sistemática de medidas que garantam a conduta ética e em conformidade de nossas operações. Neste ano, foi divulgado Código de Conduta de Fornecedores, que reforça o compromisso com a ética e as melhores práticas ESG em nossa cadeia de suprimentos.

GESTÃO DE RISCOS

Para assegurar a capacidade da Companhia de gerar valor aos nossos públicos no longo prazo, a Diretoria Executiva tem o papel de implementar e acompanhar um modelo de gestão de riscos, que visa identificar aspectos potencialmente negativos e proteger os negócios por meio de planos de ação estruturados. Essa metodologia é baseada no Enterprise Risk Management Framework e segue as recomendações do Committee of Sponsoring Organizations (COSO). As diretrizes da Política de Gerenciamento de Riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração e elaboradas com base nas melhores práticas adotadas pelo mercado. Dentre os critérios considerados pela política estão os riscos socioambientais aplicáveis na avaliação de todos os riscos mapeados. Além disso, dentre as fichas de risco estão temas como hidrologia, meio ambiente, clima e impacto social, que são gerenciados por meio de fichas de riscos.

O cenário hidrológico, quando marcado pela falta de chuvas, afeta a geração hidrelétrica, o que demanda uma gestão ativa com inúmeras iniciativas para otimização desse recurso. O desempenho e gestão sobre Segurança Hídrica é reportado no Carbon Disclosure Program (CDP).

Com o objetivo de mitigar riscos nas operações e manter a excelência na gestão de ativos, o escopo da certificação ISO 55001 foi expandido e renovado por meio de auditoria externa em 2021, a qual não identificou não-conformidades. O processo de certificação foi expandido para todos os ativos de geração hídrica, solar e eólica, incluindo processos administrativos e de suporte. Este processo permitiu que a AES Brasil seja a primeira empresa de energia renovável no mundo a obter a certificação ISO 55001 para o escopo solar e eólico. Além disso, a Companhia também é pioneira na certificação de hidrelétricas, complexos eólicos e solares nas normas ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e ISO 45001 – Sistema de Saúde e Segurança Ocupacional.

Estrutura Acionária

A AES Brasil realizou uma oferta pública de distribuição de ações com esforços restritos, liquidada em 01 de outubro, resultando no aumento de seu capital social em R\$ 1.116 milhões mediante a emissão de 93 milhões de novas ações ordinárias. O montante arrecadado neste processo será completamente destinado aos projetos de crescimento da Companhia.

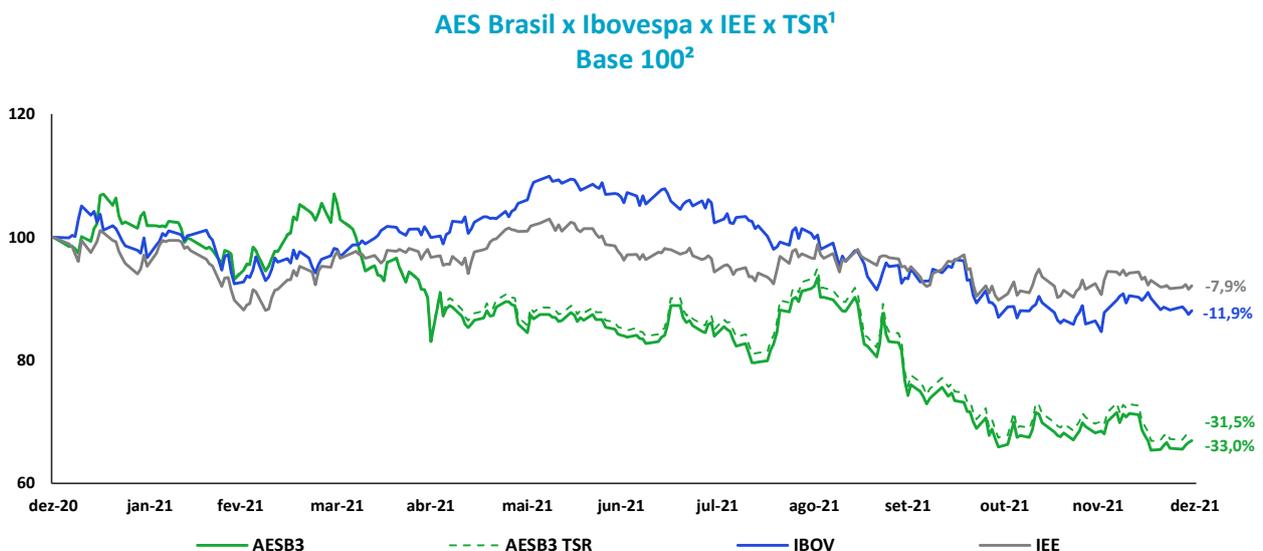
Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da AES Brasil era de R\$ 2.116,0 milhões, representado por ações ordinárias, conforme detalhado a seguir:

Estrutura Acionária	Total (Ações Ordinárias)	% Total
AES Corporation ¹	229.851.024	46,71%
BNDESPAR	39.554.586	8,04%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	30.165.523	6,13%
Outros	192.535.362	39,12%
Total	492.106.495	100,0%

¹ Participação indireta por meio da AES Holdings Brasil S.A. e AES Holdings Brasil II S.A.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Companhia apresentaram uma desvalorização de 33,0% nos últimos doze meses encerrados em 31 de dezembro, encerrando o ano cotadas a R\$ 11,07/ação. Em relação à performance dos indicadores de mercado, o Ibovespa e o IEE apresentaram desvalorização de 11,9% e 7,9% ao longo do ano, respectivamente. O gráfico abaixo demonstra o desempenho das ações da Companhia e dos principais índices nos últimos 12 meses. Vale ressaltar que, em decorrência da incorporação da AES Tietê pela AES Brasil Energia em 29 de março, as ações TIET3, TIET4 e TIET11 deixaram de ser negociadas e foram substituídas por ações AESB3.



Fonte: Bloomberg.

¹ Dados referentes à TIET11 até 26 de março de 2021 e à AESB3 a partir de 29 de março de 2021

² Total Shareholder Return – Retorno total ao acionista (considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período).

³ Base 100 em 30 de dezembro de 2020

AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2021, a AES Brasil Energia utilizou os serviços de auditoria independente KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) e da Ernst & Young Auditores Independentes S.S (“EY”).

Em 2021, os serviços prestados pela KPMG foram: (i) serviços de auditoria e emissão de relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (quando aplicável) das Contratantes para o exercício 2020 e 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); (ii) realizar a revisão e emitir relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários para os trimestres em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, dos anos de 2020 e 2021 para AES Tietê Energia S.A. e 2021 para a AES Brasil Energia S.A., com tradução livre para o inglês; (iii) auditoria e emissão de relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados sobre o Relatório de Controle Patrimonial – RCP, elaborado segundo a norma da resolução ANEEL 367/2009, devendo atender ao programa de trabalho definido no anexo 1 do Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria de Relatório de Controle Patrimonial – RCP, para a AES Tietê Energia S.A.. (iv) Emitir laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado através dos livros contábeis, elaborado de acordo com a CTG 2002 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade em 01 de novembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020; (v) especificamente para a AES Brasil Energia S.A., a emissão das cartas de conforto; (vi) realizar a revisão e emissão de relatório consolidado de revisão limitada, nos termos da NBC TR 2410, referente ao período findo em 30 de junho de 2021, em português e inglês, para a AES Brasil Energia S.A. e (vii) emissão de relatórios de asseguarção limitada para verificação de cumprimento de covenants e índices financeiros, com emissão de relatórios de asseguarção limitada, elaborados em consonância com a norma NBC TO 3000 -Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (ISAE 3000). O valor total dos serviços descritos nos itens (i) a (vi) totaliza R\$ 4.722.643,39 milhões. Para o item (vii) o montante corresponde a R\$168.833,82 mil. Os serviços (i) a (vi) foram contratados entre 23/12/2020 e 01/12/2021 e possuem prazo de contratação de 30 meses. Os serviços descritos no item (vii) foram contratados em 11/05/2021 e vigorará até 25 de julho de 2022.

Em 2021, os serviços prestados pela EY foram: (i) auditoria para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América, no valor total de R\$1.408.525,00 milhões e (ii) realização de procedimentos previamente acordados a fim de atender às disposições dos Despachos nº512 de 10 de fevereiro de 2011 e nº1.976 de 24 de julho de 2013, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira, da Aneel, referente ao Manual dos Programas e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, no valor de R\$ 231.000,00. O valor total dos serviços prestados pela EY é de R\$ 1.639.525,00. Os serviços acima descritos no item (i) foram contratados em 30/07/2021 e possuem prazo de contratação de 18 meses. Já os descritos no item (ii) possuem prazo de contratação de 36 meses, contados a partir de 01/06/2016.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG e EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores independentes, a AES Brasil observa sua Política de Contratação dos Auditores Independentes, que se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

São Paulo, 03 de março de 2022.